

**CONFERÊNCIA ARQUITECTO MARQUES DA SILVA 2008**

**ARQUITECTOS,  
ENGENHEIROS,  
ANTROPÓLOGOS:  
ESTUDOS SOBRE  
ARQUITECTURA  
POPULAR NO SÉCULO  
XX PORTUGUÊS**

**JOÃO LEAL**

FUNDAÇÃO  
MARQUES  
DA SILVA

17

18

19

20



17

18

19

20



204

AGFAL

ISS

21

17

18

19



→7

→2

→4

→5



21

17

18

19



→7

→2

→4

→5



2 0 4

A G F



# ARQUITECTOS, ENGENHEIROS, ANTROPÓLOGOS: ESTUDOS SOBRE ARQUITECTURA POPULAR NO SÉCULO XX PORTUGUÊS

O objectivo deste artigo é o de proceder a uma abordagem comparativa dos modos de tematização da arquitectura popular ao longo do século XX português. Procurarei, em particular, responder a duas grandes questões. Como é que o tópico da arquitectura popular emergiu, se desenvolveu, foi pensado e discutido ao longo desse período de tempo? Como é que a arquitectura popular, de um não-objecto, se transformou num objecto reconhecido, aceite, apreciado, que faz hoje parte – de modo quase natural – das categorias de senso comum das classes médias e de outros grupos sociais, inclusivamente populares? <sup>1</sup>

Nesse modos de tematização da arquitectura popular – como não poderia deixar de ser – desempenham um papel importante os arquitectos. De facto, falar de arquitectura popular no século XX português é antes do mais falar de Raul Lino e do movimento da Casa Portuguesa, por um lado, e do Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal, promovido pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos, por outro lado. Estes constituem de facto dois dos momentos mais conhecidos e mais importantes na reflexão e pesquisa sobre arquitectura popular em Portugal no século XX.

O movimento da Casa Portuguesa desenvolve-se genericamente entre finais do século XIX e as décadas de 1940/1950. Raul Lino é sem dúvida o seu nome mais conhecido. Mas o movimento abrangia outros personagens: entre eles encontram-se por exemplo Henrique das Neves, Rocha Peixoto, Joaquim Vasconcelos, Abel Botelho, ou João Barreira. Henrique das Neves – que não era arquitecto, mas militar – foi o primeiro a evocar, em 1893,

1. Para responder a estas duas grandes questões – e a outras que lhes estão associadas – retomo aqui – de forma simultaneamente mais sintética e selectiva – algumas das conclusões da minha pesquisa sobre os modos de tematização da arquitectura popular portuguesa publicadas no livro *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional* (Leal 2000). Quero também agradecer ao Arquitecto Rui Ramos o convite para proferir a Conferência Arquitecto Marques da Silva 2008, no âmbito da qual foi apresentada uma versão oral – mais curta – do presente texto.

a possibilidade da existência de “tipo português de habitação”. Rocha Peixoto [1967 (1904)] era antropólogo e baseado no seu conhecimento acerca da diversidade do país e da arquitectura popular portuguesa, negou com veemência a possibilidade da existência desse tipo português de habitação. Foi no mesmo sentido que se pronunciaram o historiador da arte Joaquim de Vasconcelos (1909) e o ensaísta Abel Botelho (1903). Quanto a João Barreira (1909), também historiador da arte, inclinava-se mais para as propostas de Lino: embora admitindo uma certa diversidade regional da habitação popular em Portugal, considerava que esta não seria entretanto de molde a impedir a possibilidade de se falar de algumas grandes constantes que lhe dariam unidade. No tópico envolveram-se também numerosos arquitectos que, de forma mais consistente ou de forma mais ocasional, projectaram na linha dos preceitos defendidos por Raul Lino. Entre eles encontram-se Guilherme Gomes ou José Teixeira Lopes – ainda no princípio do século XX – ou – mais tarde, nos anos 1930/40 – Jorge Segurado, Vasco Regaleira, Carlos Ramos ou Cristino da Silva.

Genericamente o movimento da Casa Portuguesa articula-se em torno de duas ideias gémeas: a existência de um tipo específico de habitação popular que seria caracteristicamente português – designado justamente por casa portuguesa – e a defesa e institucionalização de um formulário arquitectónico – adequado às exigências da vida moderna – inspirado nesse tipo de habitação. Nas formulações que Raul Lino [1992 (1933)] consagrou ao tema avultam também duas constantes. A primeira tem a ver com o

sotaque sulista da sua casa portuguesa. Oriundo de Lisboa, fascinado pelo Alentejo e por Marrocos – onde viajou – requisitado sobretudo por clientes de Lisboa, Lino, ao ser confrontado com a diversidade morfológica que a casa popular portuguesa apresentava no terreno, inclinou-se para um vocabulário arquitectónico de tipo mediterrânico. Nesse vocabulário – e esta é a segunda constante – avultam por isso soluções precisas, de forte sotaque sulista, que seriam aquelas que, no seu entender, melhor transmitiriam o espírito português da casa popular. Entre essas soluções encontrar-se-ia, antes do mais, o alpendre. Mas destacar-se-iam também elementos formais como a caiação a branco ou a cores, o telhado com telha manual portuguesa e beiral, a chaminé, o emprego de azulejos, etc.

Quanto ao Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal teve lugar na passagem dos anos 1950 para os anos 1960 e foi organizado pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos. À sua frente encontravam-se nomes sonantes da arquitectura portuguesa da época, todos eles identificados – de formas diferentes – com as propostas da arquitectura moderna. Entre esses arquitectos encontravam-se Fernando Távora, Keil do Amaral e Nuno Teotónio Pereira. Távora foi o pai da ideia da ideia, ao propor, num ensaio de 1945, um “trabalho sério” sobre o tema (1945). Dois anos depois, Keil do Amaral referiu-se também à necessidade de um trabalho dessa índole [1999 (1947)], vindo posteriormente a afirmar-se como a figura fulcral no lançamento e coordenação do Inquérito. Quanto a Teotónio Pereira, foi um dos principais arquitectos de Lisboa a associar-se ao Inquérito, onde assegurou a coordenação de uma das equipas.

Estes e outros arquitectos – organizados em seis equipas repartidas por diferentes áreas do país, que percorreram de vespa – procederam a um estudo exaustivo da arquitectura popular, no decurso do qual viajaram “cerca de 50.000 quilómetros (...), fizeram cerca de 10.000 fotografias, centenas de desenhos e de levantamentos, e tomaram milhares de notas escritas” (*Arquitectura Popular em Portugal: XXIII*). Foi justamente a partir desse abundante material que foi preparado – de uma forma que concedia bastante liberdade a cada uma das equipas – o livro *Arquitectura Popular em Portugal*, que viria a ser publicado em 1961 em dois volumes e que conheceu, desde então, várias reedições.

Por seu intermédio, contra o ideário da Casa Portuguesa, era proposta uma radiografia da arquitectura popular portuguesa interessada, entre outros objectivos, em sublinhar a sua diversidade regional. O próprio título dado ao inquérito – centrado na arquitectura popular *em Portugal* e não na arquitectura popular *portuguesa* (itálicos meus) – reflectia essa preocupação. O adjectivo “portuguesa” – presente na designação “casa portuguesa” – era visto como sinónimo de uma unidade que o Inquérito estava interessado em questionar, sendo substituído por uma referência mais genérica a Portugal como território de que se queria justamente afirmar a diversidade.

Embora o Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal tivesse exclusivamente objectivos de estudo da arquitectura popular e não pretendesse portanto definir – à semelhança da Casa Portuguesa – um programa estilísti-



co, teve um impacto considerável na produção arquitectónica portuguesa da época, facilitando a abertura para novas formas de diálogo entre arquitectura moderna e arquitectura vernácula, particularmente na chamada Escola do Porto e, em particular, na produção arquitectónica de Fernando Távora.

Tanto o movimento da Casa Portuguesa como o Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal constituem, como referi, não apenas dois dos momentos mais conhecidos, mas também dois dos momentos mais importantes na pesquisa sobre arquitectura popular em Portugal. Nos dois casos, o protagonismo é dos arquitectos, o que não deixa de ser natural. Mas, simultaneamente, ao longo do século XX português, a arquitectura popular foi também objecto da atenção de pesquisadores provenientes de outros campos disciplinares.

Entre esses outros pesquisadores, encontram-se antes do mais os engenheiros agrónomos do Instituto Superior de Agronomia (ISA) que conduziram o Inquérito à Habitação Rural. Este Inquérito teve lugar na passagem dos anos 1930 para os anos 1940 e foi realizado por um grupo de engenheiros agrónomos do ISA, entre os quais se destacavam figuras como Lima Basto, Henrique de Barros, ou Castro Caldas. Lima Basto foi o iniciador e coordenador inicial do projecto, cuja supervisão foi depois assegurada por Henrique de Barros. Castro Caldas – em conjunto com dezenas de finalistas ou recém-licenciados em Agronomia – foi por seu turno uma das figuras principais na sua implementação.

O objectivo central deste Inquérito, que se inspirava em ideias neo-fisio-cráticas de reformismo agrário, era o de proceder a um levantamento das condições de habitação dos camponeses portugueses tendo em vista o estudo e adopção de medidas de melhoramento dessas condições, de forma a contribuir para o desenvolvimento da agricultura portuguesa. Apesar destas suas características, o Inquérito à Habitação Rural – cujos resultados foram parcialmente publicados em dois volumes publicados entre 1943 (Basto & Barros 1943) e 1947 (Barros 1947) sob o título *Inquérito à Habitação Rural* – proporcionou entretanto um levantamento extremamente completo da habitação popular em Portugal, baseado em oitenta estudos de caso de uma grande minúcia.

Cada um desses estudos de caso – organizado de acordo com um guião de pesquisa relativamente uniforme – compreendia por exemplo informações sobre a composição e principais características sócio-económicas da unidade doméstica estudada e da exploração agrícola a ela associada. Seguia-se uma apresentação detalhada da casa, com a sua localização, a caracterização do seu aspecto exterior, a indicação dos materiais utilizados na sua construção e a identificação dos principais anexos agrícolas. As condições de acesso à água e aos esgotos eram também especificadas. Cada uma das divisões internas da casa era apresentada, com as medidas exactas, o levantamento das condições de arejamento e iluminação, etc. Seguia-se o inventário quantificado do recheio da casa, incluindo móveis, utensílios de cozinha e “roupas da casa”. A fechar, eram fornecidos dados sobre o aquecimento e a iluminação da casa.

Como facilmente se depreende desta síntese, nunca se tinha ido tão longe na identificação precisa, minuciosa, quase obsessiva, dos modos de habitar nos campos portugueses.

Para além dos engenheiros agrónomos do Inquérito à Habitação Rural, a arquitectura popular foi finalmente objecto do interesse dos antropólogos do Museu Nacional de Etnologia que, sob a direcção de Ernesto Veiga de Oliveira, realizaram também inúmeras pesquisas sobre o tema.

Essas pesquisas – que, inicialmente, contaram com a colaboração de Jorge Dias – desenvolveram-se entre os anos 1950 e 1970 e procuraram proceder ao estudo etnográfico e antropológico da arquitectura tradicional portuguesa, apoiado em metodologias próximas da *extensive survey*. Para além de um estudo de síntese publicado originalmente em 1960 (Oliveira & Galhano 1960) e posteriormente retomada no seu livro *Arquitectura Tradicional Portuguesa* (Oliveira & Galhano 1992), a investigação antropológica de Veiga de Oliveira nesta área desdobrou-se em três núcleos principais. O primeiro compreende o exame de um conjunto de tipologias habitacionais – urbanas e rurais – em áreas situadas no Porto ou nas suas imediações. O segundo tem a ver com o estudo monográfico de formas de arquitectura popular de natureza mais precária ou transitória, como os palheiros do litoral e os abrigos pastoris (Oliveira & Galhano, 1964, Oliveira, Galhano & Pereira 1969). Finalmente o terceiro abrange um conjunto de monografias sobre formas de arquitectura popular de produção, como espigueiros e sistemas

tradicionais de moagem associados a azenhas e moinhos (Dias, Oliveira & Galhano 1959a, 1959b, 1963, Oliveira, Galhano & Pereira 1983).

Este conjunto de estudos era parte integrante de um programa mais vasto e ambicioso de pesquisa sobre a cultura popular portuguesa e sobre o modo de vida camponês conduzido no âmbito do Museu Nacional de Etnologia, que incluiu levantamentos exaustivos de informação sobre alfaías agrícolas, tecnologias tradicionais, festividades cíclicas, etc., por intermédio das quais se procurava fornecer uma visão de conjunto do Portugal rural (cf., por exemplo, Oliveira, Galhano & Pereira 1975, 1976, 1978, Oliveira 1984). Foi justamente em articulação com estas recolhas de informação mais amplas – que envolveram dezenas de deslocações a diferentes áreas do país – que tiveram lugar as pesquisas sobre arquitectura popular. A opção de base era a de conduzir o estudo numa determinada região, em relação à qual Veiga de Oliveira e os seus companheiros procuravam recolher e registar o maior número de informações sobre diferentes aspectos da vida rural. A arquitectura popular encontrava-se justamente entre esses aspectos: não era tanto um objecto em si, mas mais um objecto que se acrescentava a outros, numa visão de conjunto onde é possível detectar algumas grandes constantes. Uma delas tem a ver com a articulação entre padrões gerais característicos de uma determinada área e o estudo de exemplares mais relevantes. Outra tem a ver com as metodologias empregues, que passavam pelo desenho e pela fotografia, mas que repousavam também sobre a construção de tipologias, a recolha das terminologias locais e a atenção aos processos construtivos.

Do ponto de vista analítico, finalmente, o mapeamento da diversidade regional da arquitectura tradicional portuguesas e a investigação da sua génese e desenvolvimento históricos – de acordo com preocupações mais gerais prevalentes em várias outras tradições nacionais da antropologia europeias – constituíam também preocupações importantes da pesquisa de Veiga de Oliveira e dos seus colaboradores.

## QUATRO PASSAGENS ESCOLHIDAS

O movimento da Casa Portuguesa, o Inquérito à Habitação Rural, o Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal e as pesquisas de Ernesto Veiga de Oliveira e dos seus colaboradores, constituíram pois os quatro momentos centrais na constituição de um campo de reflexão sobre a arquitectura popular em Portugal. Produzidos em tempos diferentes por protagonistas diferentes, estes diferentes momentos de inquirição da arquitectura popular portuguesas produziram também olhares diferenciados sobre a arquitectura popular. O que se olhava, o modo como se olhava, as consequências desse olhar, foram, em todos estes casos, distintas.

Para apresentar e caracterizar algumas das diferenças entre estes modos de tematização do popular, gostaria de utilizar como ponto de partida quatro textos relativos a cada um destes inquéritos e, a partir de cada um deles, propor uma frase ou uma palavra-chave para caracterizar aquela que eu definiria como a particularidade estruturante de cada um desses olhares sobre a arquitectura popular.

Em relação ao movimento da Casa Portuguesa, selecionei a seguinte passagem de um livro de Raul Lino: Essas simpáticas casinhas à beira da estrada, ou entre os campos, melhor nos revelam o seu português sentido. Que alegres no seu variado matiz; que acomodadas nas proporções; que graça, que modéstia e contentamento não respiram!

Nada têm de forçado ou de menos seguro efeito; tudo parece nascido do próprio lugar com naturalidade. Parece que estas casas eram dotadas de uma espécie de bom-senso que as impedia de tomar atitudes agressivas, na forma ou na cor, que incomodam o viandante, que nenhuma obrigação tem de aturar extravagâncias e imbecilidades [1992 (1933): 73].

**Do Inquérito à Habitação Rural o trecho que se segue – que descreve uma das casas inquiridas pelos engenheiros agrónomos, resultante da adaptação de uma antiga pocilga a casa de habitação – parece-me sintetizar de forma particularmente adequada o espírito do Inquérito:** à mudança do género dos habitantes [da casa] não correspondeu qualquer outra que tendesse a torná-la mais confortável e higiénica; o pavimento continuou a ser de terra batida, as paredes não foram caiadas e além da porta de entrada, baixa demais para pessoas, nenhuma outra abertura se praticou; apenas houve o cuidado de durante algumas semanas não fechar a porta para conseguir a extinção dos maus cheiros (...). Nunca houve o propósito de na casa abrigar seres humanos e só a muita necessidade poderia obrigar alguém a viver nas condições em que vive [esta família] (Basto & Barros 1943: 306).

Quanto ao Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal, optei por seleccionar, não um excerto do Inquérito, mas a transcrição de um passo de uma entrevista que realizei com o arquitecto Fernando Távora em 1996, sobre a

sua participação no Inquérito, onde ele descreve os preparativos de uma sessão de apresentação do Inquérito a Salazar, que teve lugar na Sociedade Nacional de Belas Artes, em Lisboa: E eu lembro-me que na véspera da visita do Salazar à SNBA [para uma apresentação preliminar dos resultados do Inquérito] fez-se uma projecção de slides para o Arantes e Oliveira e passou em determinada altura um conjunto de casas – no Sul – todas iguais, com aquelas chaminés alentejanas fortes, uma solução bastante fechada. E o ministro disse 'que bonito, isso parece arquitectura moderna'. E eu que estava atrás – lembro-me perfeitamente disto – disse-lhe 'mas, ó sr. ministro, o Inquérito vem exactamente confirmar a existência de grandes similitudes entre a arquitectura popular e a arquitectura moderna'. E ele disse-me assim: 'o sr. arquitecto pense isso, mas não diga isso amanhã ao Sr. Presidente do Conselho' (Távora 1996).

Finalmente, do livro *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, de Ernesto Veiga de Oliveira, proponho a seguinte passagem, mais curta, mas igualmente reveladora: a varanda minhota é na verdade um anexo de lavoura; em Trás-os-Montes, para lá desse aspecto ela é uma parte integrante da casa, relacionada além disso com a vida doméstica e colectiva da aldeia (Oliveira & Galhano 1992: 144).



# **LINO E O NACIONALISMO EM ARQUITECTURA**

**Essas simpáticas casinhas à beira da estrada, ou entre os campos, melhor nos revelam o seu português sentido. Que alegres no seu variado matiz; que acomodadas nas proporções; que graça, que modéstia e contentamento não respiram! Nada têm de forçado ou de menos seguro efeito; tudo parece nascido do próprio lugar com naturalidade. Parece que estas casas eram dotadas de uma espécie de bom-senso que as impedia de tomar atitudes agressivas, na forma ou na cor, que incomodam o viandante, que nenhuma obrigação tem de aturar extravagâncias e imbecilidades.**

**[ Lino 1992 (1983): 73 ]**



## LINO E O NACIONALISMO EM ARQUITECTURA

[ 19 ]

Comecemos então com Raul Lino e com o trecho seleccionado: Essas simpáticas casinhas à beira da estrada, ou entre os campos, melhor nos revelam o seu português sentido. Que alegres no seu variado matiz; que acomodadas nas proporções; que graça, que modéstia e contentamento não respiram! Nada têm de forçado ou de menos seguro efeito; tudo parece nascido do próprio lugar com naturalidade. Parece que estas casas eram dotadas de uma espécie de bom-senso que as impedia de tomar atitudes agressivas, na forma ou na cor, que incomodam o viandante, que nenhuma obrigação tem de aturar extravagâncias e imbecilidades [Lino 1992 (1983): 73].

Trata-se de uma passagem de um texto retirado do livro *Casas Portuguesas*, editado inicialmente em 1933, e que não só constitui um dos maiores *best-sellers* da arquitectura portuguesa, como pode ser visto como o texto doutrinário por excelência do movimento da Casa Portuguesa. Raul Lino foi autor de outros textos sobre o tema – por exemplo, *A Nossa Casa. Apontamentos sobre o Bom Gosto na Construção das Casas Simples*, de 1918 – mas este é, sem dúvida, o seu texto mais importante e de maior projecção.

A frase chave deste extracto é a inicial: a que refere as “simpáticas casinhas” rurais dispersas na estrada ou entre os campos e sobretudo o seu “português sentido”. O que esta frase nos revela é um dos aspectos essenciais da

leitura da arquitectura popular proposta por Lino e por outros protagonistas da Casa Portuguesa: o modo como por detrás dela se encontra um programa de tipo nacionalista, de afirmação da identidade nacional portuguesa. A Casa Portuguesa pode de facto ser visto como um programa de aportuguesamento da arquitectura portuguesa, em reacção contra o que vem de fora, assente numa revalorização do que é “nosso”, marcado em plano de relevo pela equação entre o popular e o nacional. Duas ideias base subjazem a esse programa: o que é popular é bonito – “as simpáticas casinhas” – o que é popular é nacional – “o seu português sentido”. A partir destas duas ideias base, o projecto da Casa Portuguesa articula-se depois com um conjunto de outras ideias. Nele é possível por exemplo detectar uma atracção pastoral pelo campo visto como paisagem por excelência da nacionalidade. A indiferença à diversidade regional da arquitectura popular – como foi sublinhado – é também uma das suas características marcantes, tanto mais que será justamente contra esta indiferença – que já tinha suscitado reticências a Rocha Peixoto, Joaquim de Vasconcelos e Abel Botelho – que se erguerão posteriormente os arquitectos modernos do Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal.

Esse programa nacionalista, em que arquitectura popular e identidade nacional se dão as mãos, desenvolve-se historicamente em dois momentos distintos e recebe em consequência dois significados diferenciados.

Inicialmente – na viragem do século XIX para o século XX – tem um significado renovador no panorama arquitectónico português. Pode ser visto, em

# CASAS POR- TUGUESAS



ALGUNS APONTAMENTOS  
SOBRE O ARQUITECTAR  
DAS CASAS SIMPLES

RAÚL LINO

EDIÇÃO DE VALENTIM DE CARVALHO, LISBOA



[ 2 ] CASITA NO RIBATEJO, IN "CASAS PORTUGUESAS", EST. VI



[ 3 ] CASA NA ESTREMADURA, IN "CASAS PORTUGUESAS", EST. VII

primeiro lugar, como uma reacção contra os estrangeirismos, representados pelo “châlet” e pela “cottage”. Mas é também, em segundo lugar, uma reacção contra os revivalismos históricos, como o neo-românico ou o neo-manuelino. Os estrangeirismos, ao mesmo tempo que testemunhariam a desnacionalização das classes médias portuguesas, transporiam para Portugal soluções arquitectónicas estranhas ao clima e à paisagem nacionais. Quanto aos revivalismos históricos, basear-se-iam numa recusa do presente e num decorativismo historicista que não suscitavam o entusiasmo de Raul Lino.

Contra esses dois inimigos, o que Raul Lino propõe é uma espécie de objectificação nacionalizadora da arquitectura popular portuguesa, tanto enquanto realidade existente no terreno como enquanto programa arquitectónico. Este último, embora tenha sido concebido inicialmente para a habitação unifamiliar das classes médias, foi mais tarde alargado para alguns tipos de edifícios públicos (escolas primárias, sedes de Casas do Povo, etc.).

Numa e noutra dimensão, o que Lino defendia para a arquitectura portuguesa correspondia a uma das principais linhas de força da arquitectura europeia da viragem do século, ela também comprometida com propostas nacionalizadoras. A Casa Portuguesa pode nessa medida ser vista como um vocabulário nacional para uma linguagem internacional. Não foi por acaso que foi durante a sua estadia na Alemanha que Lino começou por elaborar as ideias subjacentes ao seu programa nacionalista para a arquitectura portuguesa, onde são também relevantes as influências do movimento *Arts and Crafts*.



Simultaneamente, as suas ideias sobre o reaportuguesamento da arquitectura portuguesa podem ser também vistas como um reflexo, para o campo específico da arquitectura, de um programa nacionalizador mais vasto que marcou em plano de relevo outras áreas da vida cultural portuguesa na viragem do século XIX para o século XX. Como mostrou Rui Ramos em *A Segunda Fundação de Portugal* (1994), no mesmo período em que a casa portuguesa ganhava as suas credenciais, outros símbolos de identidade nacional – a ideia de uma pintura especificamente nacional de que o Político de Nuno Gonçalves seria a expressão por excelência, o tropo dos lusitanos como antepassados étnicos por excelência dos portugueses, ou o tema da saudade como definidor da maneira de ser específica dos portugueses – estavam a ser elaborados com idêntico êxito, contribuindo de forma decisiva para um novo entendimento do que era ser português.

Num segundo momento, porém, as ideias de Lino acerca da Casa Portuguesa ganharam um significado conservador e anti-modernista. De facto, depois de um período de relativo apagamento das suas propostas na cena arquitectónica portuguesa, coincidente com o advento, nos anos 1920, da primeira vaga modernista, a Casa Portuguesa renasceu com o triunfo do Estado Novo. Neste segundo momento, a linguagem nacionalista da Casa Portuguesa e a linguagem nacionalista do regime coincidem. E a Casa Portuguesa tornou-se num elemento importante, conservador, de combate ao modernismo em arquitectura. Não só uma parte importante da encomenda pública privilegiava esse tipo de linguagem, como, em nome dela, muitos projectos modernistas eram também recusados.

É justamente essa desconfiança em relação ao modernismo que é possível encontrar na última parte do texto que citei há instantes, quando Lino refere as “extravagâncias” e “imbecilidades”. Do que ele está a falar é também da arquitectura moderna. É igualmente a esta luz que pode ser entendida a atitude crítica que os arquitectos modernos dos anos 1950 e 1960 – nomeadamente os do Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal – tiveram em relação a Raul Lino.

O nacionalismo – com um sentido inicial de renovação da cena arquitectónica portuguesa, e posteriormente, como um sentido retrógrado, de combate ao modernismo, durante o Estado Novo – foi pois um dos elementos estruturantes do programa da Casa Portuguesa. Em qualquer dos casos, a casa popular – com os seus alpendres, as suas chaminés, os seus telhados com beiral, caiada e com os vãos com pedra à vista – seria um símbolo da identidade nacional portuguesa. O nacional era o popular, o popular era o nacional.

# **O INQUÉRITO À HABITAÇÃO RURAL E A MISÉRIA**

**À mudança do género dos habitantes [da casa] não correspondeu qualquer outra que tendesse a torná-la mais confortável e higiénica; o pavimento continuou a ser de terra batida, as paredes não foram caiadas e além da porta de entrada, baixa demais para pessoas, nenhuma outra abertura se praticou; apenas houve o cuidado de durante algumas semanas não fechar a porta para conseguir a extinção dos maus cheiros (...). Nunca houve o propósito de na casa abrigar seres humanos e só a muita necessidade poderia obrigar alguém a viver nas condições em que vive [esta] família.**

**[ Basto & Barros 1983: 306 ]**



## **O INQUÉRITO À HABITAÇÃO RURAL E A MISÉRIA**

[ 29 ]

Passemos agora ao texto extraído do Inquérito à Habitação Rural: à mudança do género dos habitantes [da casa] não correspondeu qualquer outra que tendesse a torná-la mais confortável e higiénica; o pavimento continuou a ser de terra batida, as paredes não foram caiadas e além da porta de entrada, baixa demais para pessoas, nenhuma outra abertura se praticou; apenas houve o cuidado de durante algumas semanas não fechar a porta para conseguir a extinção dos maus cheiros (...). Nunca houve o propósito de na casa abrigar seres humanos e só a muita necessidade poderia obrigar alguém a viver nas condições em que vive [esta família] (Basto & Barros 1983: 306).

O contraste com o texto de Lino anteriormente citado não poderia ser mais evidente. As casinhas passam a casebres. Deixam de ser sorridentes, alegres, simpáticas, para se passar delas a reter a miséria. Este acento na miséria é replicado em dezenas de outras passagens do Inquérito, que não está interessado – à maneira de Lino – nas virtualidades estéticas e nacionalistas da habitação popular – mas nas condições de vida – deploráveis – de quem nelas habita. Gostaria de acrescentar dois ou três exemplos. Por exemplo, em Castro Laboreiro, uma das casas estudada pelo Inquérito à Habitação Rural, de pedra à vista e telhado de colmo, tinha, segundo os inquiridores, um “aspecto [exterior] deplorável de miséria e desconforto”, sem “qualquer elementar preocupação de asseio ou bom gosto”. O interior não seria

muito melhor: a “atmosfera é impenetrável de fumo”, tecto, paredes e mobília “tudo é negro” e o ambiente “é inconcebivelmente desconfortável e nojento” (Castro Caldas *in* Basto & Barros 1943: 80). Em Mirandela numa das casas estudadas, o “estado de ruína” do pavimento da varanda torná-la-ia inutilizável; “de Inverno [como não há vidraças] ou se passa frio ou se vive às escuras” e as muitas fendas na parede garantem “circulação de ar intensa [sic]”. Mas o pior de tudo seria o telhado: “o madeiramento de negrilho deu de si, e a linha apresenta uma curvatura inquietante; além disso não haverá talvez mais de 10% de telhas em perfeito estado de conservação”, fazendo com que a água “entre dentro de casa com grande facilidade não sendo preciso chover muito para os sobrados ficarem todos molhados” (Lobo Martins *in* Basto & Barros 1943: 297-299).

Por vezes, na descrição das condições miseráveis com que são confrontados, os inquiridores não resistiram a uma nota de humor. Assim, em Macedo de Cavaleiros, um dos inquiridores, comentando o ar “arrumado e limpo” do interior de uma habitação, acrescenta de imediato: “o que mais contribui para este aspecto é talvez o facto de não haver muita coisa para arrumar” (id: 323). Mais à frente, o humor parece partir do próprio inquirido. Assim em Cambros (Lamego), numa casa em que apenas existiam um prato, duas malgas e uma garrafa, o proprietário comenta o facto do seguinte modo: “para comer, era necessário que uns esperassem pelos outros, mas em geral não era preciso esperar muito” (id.: 410).



raras vezes se verificam. Só mencionou excepcionais ocasiões em que a sala poderia servir: casamento, baptizado e visita Pascal da Cruz.

2) *Arrumação* — Com 5,85 metros quadrados de área ou seja 3,90 m.  $\times$  1,50 m.. Estava ocupada de ferramenta vária e poderia vir a

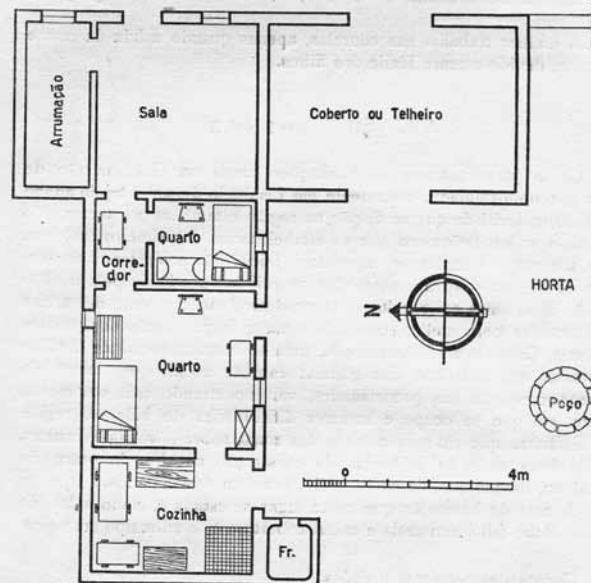


Fig. 8

servir um dia, segundo disse o inquirido, para quarto de um dos filhos. Tem uma janela de guilhotina igual à anteriormente descrita.

3) *Quarto* — Compartimento interior, apenas com um postigo de 0,48 m.  $\times$  0,34 m.. Tem de comprimento 2,35 m. e de largura 1,95 m. ou seja 4,58 metros quadrados. Está forrado e caiado. Duas portas, uma para o corredor e outra permanentemente fechada e que dá para a sala.





Fig. 4  
Exemplo n.º 1 (Gafanha da Encarnação) — Fachada principal



Fig. 5  
Exemplo n.º 1 — (Gafanha da Encarnação) — Fachada lateral,  
pátio e poço

<i>Transporte</i> . . . . .	366\$00
2 cobertores de algodão, cada 30\$00 . . . . .	60\$00
2 mantas de trapos, cada 30\$00 . . . . .	60\$00
2 toalhas de mesa de pano branco, cada 10\$00 . . . . .	20\$00
6 guardanapos de pano branco, cada 2\$00 . . . . .	12\$00
6 toalhas de tapar as cestas da comida, de algodão, cada 7\$50 . . . . .	45\$00
3 toalhas de rosto, turcas, cada 10\$00 . . . . .	30\$00
3 toalhas de rosto de algodão, cada 5\$00 . . . . .	15\$00
<i>Total</i> . . . . .	608\$00

Despesa média anual com a aquisição de novas roupas . . . . .	40\$00
Despesa média anual com concertos da roupa, feitos em casa . . . . .	20\$00

Valor total da compra:	
dos móveis . . . . .	1.781\$50
de utensílios . . . . .	367\$50
de louças e vidros . . . . .	150\$10
das roupas . . . . .	608\$00
<i>Total</i> . . . . .	2.907\$10

#### AQUECIMENTO E ILUMINAÇÃO

A família consome lenha e serradura. A lenha vem do Choupal, e a serradura da serrações de Coimbra, transportada, à cabeça, de três quilómetros de distância pela mulher, no regresso da venda da horta-líça. A despesa com o combustível em média é a seguinte: lenha 180\$00, serradura 50\$00, ou seja o total de 230\$00.

A luz utilizada em casa é a do petróleo, com a qual se gasta 0,5 litro por semana ou seja, para o petróleo a 2\$00 o litro, 52\$00 por ano.



Fig. 17  
Exemplo n.º 6 (S. Martinho do Bispo) — Um aspecto da habitação



Fig. 19  
Exemplo n.º 7 (Ameal) — Um aspecto da habitação

4) *Corredor ou passagem*—Comprimento 1,95 m. e largura 1,20 m. Três portas, duas nos extremos e uma lateral.

5) *Quarto*—Divisão assoalhada, de configuração quadrada com 3,80 m. de lado, ou seja uma área de 14,44 metros quadrados. Tem uma porta para o exterior e mais duas interiores, bem como duas janelas iguais, de guilhotina, com 0,92 m. de altura e 0,57 m. de largura.

6) *Cozinha*—Com 2,60 m. x 3,80 ou seja 9,88 metros quadrados de área. Pavimento térreo, lareira de tijolo e chaminé. Apresenta menos «pé direito» do que o resto da casa: altura ao centro — 2,40 m. e aos lados 1,80 m. Tem uma porta para o exterior, junto da qual está, pelo lado de fora, o forno.

A construção revela, de maneira geral, bom aspecto. As divisórias interiores constroem-se com facilidade com tijolo adobo, ou com o mesmo material facilmente se acrescentam novas divisões. A cobertura é construída com madeira de pinho.

Junto à casa e rodeado por um muro do mesmo tijolo encontra-se um «pátio» onde há um poço, com água a muito pouca profundidade, e uma minúscula horta, duas macieiras e duas figueiras.

Ao fundo, fica a pequena corte da vaca, com manjedoura de madeira, uma pocilga e um galinheiro de madeira e uma latrina construída com tábuas velhas, sobre estrumeira. O poço apenas serve para regar a horta e para gastos de casa.

Para beber e para cozinhar, em regra, vai-se buscar água a outros poços de areia que ficam a um quarto de hora de distância. A lavagem de roupa faz-se noutros poços, situados a um quilómetro da casa.

A habitação foi herdada do pai do inquirido, que pagou a parte de dois irmãos. O seu custo pode ser calculado em 5.000\$00 e se fosse arrendada pagaria de renda mensal 10\$00.

#### \* RECHEIO DA CASA

##### Móveis:

1 cama de ferro . . . . .	150\$00
1 cama de madeira (pinho) . . . . .	140\$00
2 mesas (pinho), cada 3\$00 . . . . .	6\$00
2 cadeiras, cada 2\$00. . . . .	4\$00
1 mala . . . . .	100\$00
2 arcas (pinho), cada 15\$00. . . . .	30\$00
<i>A transportar</i> . . . . .	430\$00

Miséria é, pois, a ideia chave que deverá ser retida a propósito do Inquérito à Habitação Rural. Sendo a sua ideia chave, este acento na miséria da habitação rural foi de tal maneira forte que o Inquérito à Habitação Rural não só acabou por ser proibido pelo regime – por isso o 3º Volume, consagrado ao sul do país, nunca foi editado – como foi utilizado nos escritos políticos de opositores ao regime como forma de denúncia do Estado Novo. No seu clássico *Contribuição para o Estudo da Questão Agrária* (1976 [1968]), Álvaro Cunhal, por exemplo, serviu-se profusamente dos dados do Inquérito como forma de denúncia da miséria dos campos portugueses. Uma das secções do livro reservava um lugar importante à transcrição de alguns dos estudos de caso apresentados no Inquérito, concluindo a esse respeito de forma categórica: “Não há qualquer exagero em dizer-se que, na sua grande maioria, os trabalhadores rurais habitam pardieiros impróprios para habitação e os seus lares são verdadeiros lares de mendigos” (id.: 89).

Este acento na miséria tem, em primeiro lugar, a ver com as origens disciplinares de um Inquérito à frente do qual se encontram engenheiros agrónomos preocupados com as condições de vida prevalentes na agricultura portuguesa, vistas como um elemento condicionador da produtividade nos campos. A casa seria um elemento fundamental para a determinação e para a melhoria dessas condições de vida. Ela não era tão interessante como solução arquitectónica mais ou menos conseguida. Em vez disso, trata-se de saber que tipo de condições de vida proporciona aos seus habitantes. Tem casa de banho e despejo de esgotos? Os quartos são escassos e as

peessoas dormem em promiscuidade? Qual o estado do telhado? Qual o arejamento da casa? O que é que lá está dentro e o que é isso diz sobre as condições de vida de quem lá habita? Eram estas as perguntas que animavam os engenheiros agrónomos do ISA, cujo Inquérito, tendo começado por beneficiar do beneplácito de um ministro reformista de Salazar – Rafael Duque – mais tarde caído em desgraça, se tornou depois numa ameaça para a imagem que o regime queria dar da sociedade rural portuguesa.

Para além desta origem disciplinar, o acento na miséria do Inquérito à Habitação Rural estava também ligado ao posicionamento político dos promotores do Inquérito. Estes eram basicamente oriundos de uma nebulosa política onde se encontravam republicanos, católicos progressistas e comunistas, todos eles coincidentes numa posição de crítica ou de oposição ao Estado Novo. Foi esta extracção política dos promotores do Inquérito à Habitação Rural que favoreceu uma leitura da realidade susceptível de pôr em causa o regime. Nos anos 1940, as condições de vida eram de facto muito difíceis nos campos: estava-se nos anos da II Guerra Mundial, com a emigração fechada, com uma escassez muito grande de bens alimentares. Lidas pelo anti-fascismo dos promotores do Inquérito à Habitação Rural essas condições foram objecto de um retrato implacável, por detrás do qual estava o propósito de denúncia do regime de Salazar.

# **O INQUÉRITO À ARQUITECTURA POPULAR EM PORTUGAL: A ALIANÇA ENTRE POPULAR E MODERNO**

**E eu lembro-me que na véspera da visita do Salazar à SNBA fez-se uma projecção de slides para o Arantes e Oliveira e passou em determinada altura um conjunto de casas – no Sul – todas iguais, com aquelas chaminés alentejanas fortes, uma solução bastante fechada. E o ministro disse “que bonito, isso parece arquitectura moderna”. E eu que estava atrás – lembro-me perfeitamente disto – disse-lhe “mas, ó sr. ministro, o Inquérito vem exactamente confirmar a existência de grandes similitudes entre a arquitectura popular e a arquitectura moderna”. E ele disse-me assim: “o sr. arquitecto pense isso, mas não diga isso amanhã ao Sr. Presidente do Conselho”.**

**[ Távora 1996 ]**





## **O INQUÉRITO À ARQUITECTURA POPULAR EM PORTUGAL: A ALIANÇA ENTRE POPULAR E MODERNO**

[ 41 ]

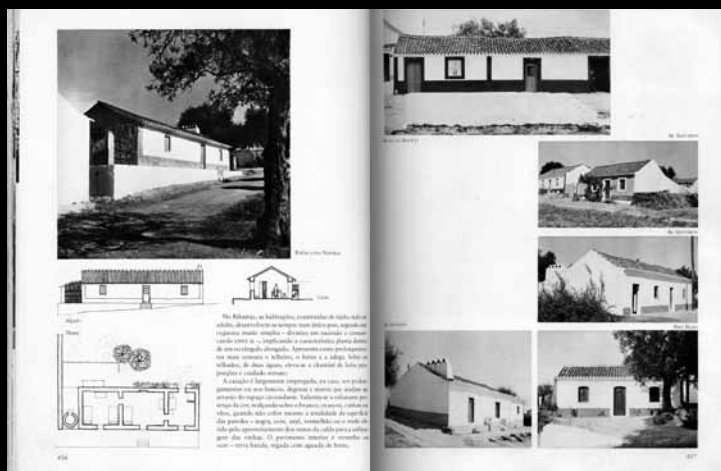
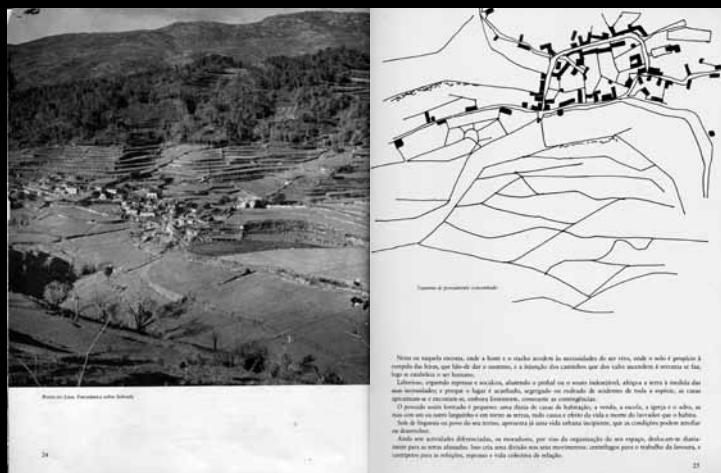
Passemos ao Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal e ao relato que Fernando Távora fez da reunião preparatória de apresentação dos resultados do Inquérito com o ministro Arantes e Oliveira: E eu lembro-me que na véspera da visita do Salazar à SNBA fez-se uma projecção de slides para o Arantes e Oliveira e passou em determinada altura um conjunto de casas – no Sul – todas iguais, com aquelas chaminés alentejanas fortes, uma solução bastante fechada. E o ministro disse “que bonito, isso parece arquitectura moderna”. E eu que estava atrás – lembro-me perfeitamente disto – disse-lhe “mas, ó sr. ministro, o Inquérito vem exactamente confirmar a existência de grandes similitudes entre a arquitectura popular e a arquitectura moderna”. E ele disse-me assim: “o sr. arquitecto pense isso, mas não diga isso amanhã ao Sr. Presidente do Conselho” (Távora 1996).

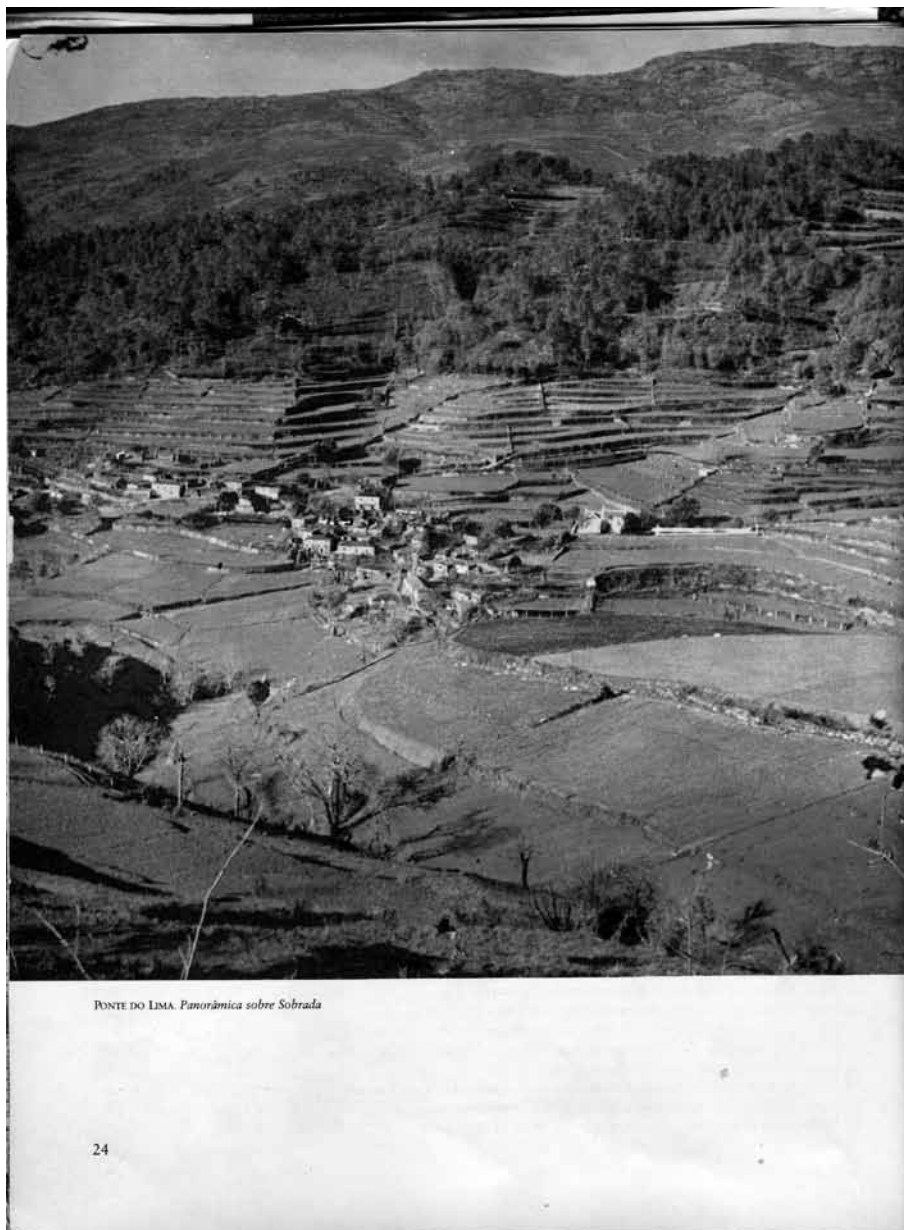
Aquilo que pode ser antes do mais surpreendido neste relato é o regresso da estética como critério de avaliação da arquitectura popular portuguesa. Como o Ministro das Obras Públicas diz – e Fernando Távora não desmente – “que bonito”. Só que essa estética – como vemos na passagem citada – é uma estética definida de acordo com critérios diferentes dos empregues por Raul Lino: “é bonito [porque] parece moderno”, como diz o Ministro, ao

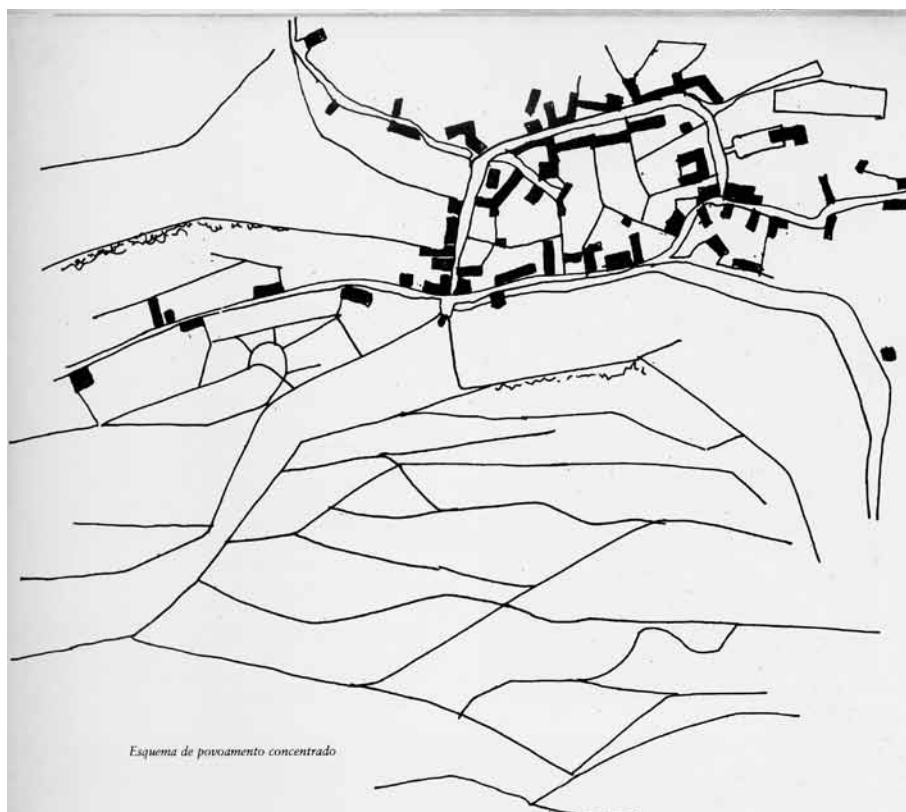
que Távora acrescenta de imediato: “mas, ó senhor ministro, o Inquérito vem exactamente confirmar a existência de grandes similitudes entre a arquitectura popular e a arquitectura moderna”.

É esse, penso, o principal traço definidor do olhar sobre a arquitectura popular do Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal: a ênfase num olhar moderno sobre a arquitectura popular.

Essa proximidade do Inquérito com os valores da arquitectura moderna é de resto admitida por alguns dos arquitectos mais ligados ao Inquérito. Távora, por exemplo, na entrevista que me concedeu, sublinhou esse aspecto ao destacar o modo como “a leitura que se fazia da arquitectura popular era uma leitura baseada nos padrões do chamado modernismo, que eram os padrões que nos levaram a fazer o Inquérito e a escolher determinados exemplares. Havia ali uma clara fundamentação baseada na crítica corbusiana e que levava à escolha do material que melhor satisfazia essa crítica. O que se encontra no Inquérito são os exemplos que os arquitectos consideravam mais modernos” (Távora 1996). Nuno Teotónio Pereira afina pelo mesmo diapasão: “Nós ficávamos muito contentes, muito satisfeitos, quando encontrávamos expressões de arquitectura popular que tinham semelhanças com aquilo que nós achávamos que era a arquitectura moderna. Quando descobríamos por exemplo casas com uma só água, com paredes com empenas cegas e que tinham homologias com expressões que nós procurávamos utilizar na arquitectura que fazíamos. Ficávamos de facto muito contentes







*Esquema de povoamento concentrado*

Nesta ou naquela encosta, onde a fonte e o riacho acodem às necessidades do ser vivo, onde o solo é propício à rompidia das leiras, que hão-de dar o sustento, e a injunção dos caminhos que dos vales ascendem à serra se faz, logo se estabelece o ser humano.

Laborioso, erguendo represas e socalcos, abatendo o pinhal ou o soute indesejável, afeiçoa a terra à medida das suas necessidades; e porque o lugar é acanhado, segregado ou rodeado de acidentes de toda a espécie, as casas aproximam-se e encostam-se, embora livremente, consoante as contingências.

O povoado assim formado é pequeno: uma dúzia de casas de habitação, a venda, a escola, a igreja e o adro, as ruas com um ou outro larguinho e em torno as terras, tudo causa e efeito da vida e morte do lavrador que o habita.

Sede de freguesia ou povo do seu termo, apresenta já uma vida urbana incipiente, que as condições podem atrofiar ou desenvolver.

Ainda sem actividades diferenciadas, os moradores, por vias da organização do seu espaço, deslocam-se diariamente para as terras afastadas. Isso cria uma divisão nos seus movimentos: centrífugos para o trabalho da lavoura, e centrípetos para as refeições, repouso e vida colectiva de relação.



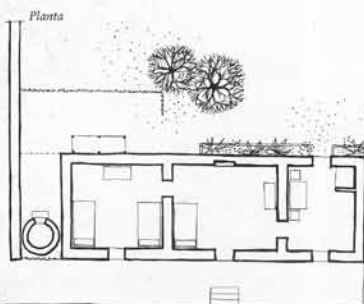
PORTELA DAS PADEIRAS



Alçado



Corte



Planta

No Ribatejo, as habitações, construídas de tijolo, tufo ou adobe, desenvolvem-se sempre num único piso, segundo um esquema muito simples – divisões em sucessão e comunicando entre si –, implicando a característica planta dentro de um rectângulo alongado. Apresenta como prolongamentos mais comuns o telheiro, o forno e a adega. Sobre os telhados, de duas águas, eleva-se a chaminé de belas proporções e cuidado remate.

A caição é largamente empregada, na casa, nos prolongamentos ou nos bancos, degraus e muros que ajudam ao arranjo do espaço circundante. Salienta-se a esfuziante presença da cor, realçando sobre o branco, os socos, cunhais ou vãos, quando não cobre mesmo a totalidade da superfície das paredes – negra, ocre, azul, vermelhão ou o verde obtido pelo aproveitamento dos restos da calda para a sulfatagem das vinhas. O pavimento interior é vermelho ou ocre – terra batida, regada com aguada de barro.



BOUTICA DO RIBATEJO

AR. SANTARÉM



AR. SANTARÉM



PERO FILHO



AR. SANTARÉM



quando víamos uma construção que parecia ser moderna, que podia ter sido feita por um de nós. Construções elementares, muito simples, muito racionais, muito lógicas” (Teotónio Pereira 1996).

É justamente esse olhar modernista que se pode reencontrar no modo como são apreciados os edifícios sucessivamente estudados pelo Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal. As soluções mais elogiadas – e mais fotografadas – são as soluções que partilham os critérios arquitectónicos do modernismo: adaptação ao meio e funcionalismo, verdade dos materiais, soluções de serialidade, etc.

Esta leitura modernista da arquitectura popular é uma leitura que é feita explicitamente contra a hegemonia da Casa Portuguesa na cena arquitectónica portuguesa da altura, isto é, contra a Casa Portuguesa como linguagem arquitectónica do regime. Daí o aviso de Arantes e Oliveira: “O senhor arquitecto pense isso, mas não diga isso amanhã ao Presidente do Conselho”. Daí a sequência da história, tal como ela me foi relatada pelo arquitecto Fernando Távora: “Bom, no dia seguinte, chega o Salazar. E realmente foi um êxito a visita do Salazar, aquilo para todos nós foi um espectáculo: os pides, o carro do Salazar a chegar, as botas do Salazar. Bom, o Salazar sentou-se, o ministro apresentou-me dizendo que eu era chefe da equipa tal e o Salazar olhou para mim e disse ‘Chefe? Tão novo...’. E eu disse-lhe: ‘Ó Sr. Presidente do Conselho, eu já tenho trinta e um anos’. E ele: ‘É muito novo...’. Depois, quando chegou a uma página que nós tínhamos na nossa maquete que aliás foi publicada com os espigueiros do



Lindoso, perguntou: 'Onde é?' 'É no Lindoso.' 'E qual é a pedra?' 'É granito.' 'Resposta dele: 'Isto é bonito, bem mais bonito que esse cimento armado que agora fazem para aí'. Isto é textual. E eu disse: 'Ó senhor Presidente do Conselho, o cimento armado pode ser usado, não há inconveniente nenhum, o que é conveniente é que seja bem usado. É um material como a pedra é.' E o tipo olhou para mim, olhou para a assistência e diz: 'Tão novo... e já tão subvertido...' "(Távora 1996).

Como sugere o comentário de Salazar a Távora, o Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal pode de facto ser visto como um gesto de rebelião contra uma determinada forma de ler a arquitectura popular, ligada ao movimento da Casa Portuguesa, que passa a ser vista como conservadora por uma nova geração de arquitectos atentos aos novos ventos europeus, e, em particular àquilo que Keneth Frampton (1996) chamou de "regionalismo crítico". São várias as linhas de ataque favorecidas por esta *nouvelle vague* da arquitectura portuguesa. A afirmação da diversidade da arquitectura popular em Portugal é – como ficou atrás sugerido – uma delas. Contra Raul Lino, acusado de propor algo – um modelo mais ou menos único da casa popular portuguesa – que não teria correspondência no terreno, os arquitectos do Inquérito tentaram inversamente resgatar a pluralidade regional da arquitectura vernácula. É justamente em torno desta ideia que se estrutura a introdução ao livro *Arquitectura Popular em Portugal*, onde a ênfase é posta no modo como essa pluralidade de tipologias habitacionais resultaria da própria diversidade geográfica do país, tanto em termos de grandes áreas

geográficas – sul/norte, mediterrâneo/atlântico – como em termos de sub-regiões diferenciadas de menor dimensão. Contra a concepção decorativa e ornamental das propostas de Lino, acentua-se também uma concepção funcionalista da arquitectura popular. E a batalha é agora por novas formas de aliança entre arquitectura popular e erudita, próximas de tendências europeias da época, em que se advogava um tempero dos excessos do “estilo internacional” com um regresso modernista ao vernáculo.

A este respeito é elucidativo visitar alguns dos projectos dos arquitectos da Escola do Porto, onde o impacto do Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal foi maior. O caso de Fernando Távora é particularmente conhecido: projectos como a Casa de Ofir, a Escola do Cedro, o Mercado de Vila da Feira, entre outros, são marcados em plano de relevo pelas lições do Inquérito. Mas há outros exemplos, como a Igreja de São Mamede de Negrelos, de Luís Cunha, o Centro Médico-Social de Negrelos, de Germano de Castro, ou alguns projectos de Álvaro Siza. Em Lisboa, onde os impactos do Inquérito foram menos fortes – devido às características mais urbanas da encomenda – arquitectos como Teotónio Pereira, Bartolomeu Costa Cabral, José Veloso e Alves Martins não deixarão entretanto de projectar de acordo com as lições do Inquérito. Como escreveu Alves Costa (1995) – também ele um arquitecto fascinado pela arquitectura popular – se com o Inquérito morreu a Casa Portuguesa, com ele nasceu também a Arquitectura Portuguesa.

# **ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA: A CASA COMO INSTRUMENTO PRODUTIVO**

**A varanda minhota é na verdade um anexo de lavoura; em Trás-os-Montes, para lá desse aspecto ela é uma parte integrante da casa, relacionada além disso com a vida doméstica e colectiva da aldeia.**

**[ Oliveira & Galhano 1992: 144 ]**



## **ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA: A CASA COMO INSTRUMENTO PRODUTIVO**

[ 53 ]

Passemos finalmente a Ernesto Veiga de Oliveira, de quem escolhi uma citação particularmente breve extraída de um dos seus estudos, republicado na *Arquitectura Tradicional Portuguesa*: a varanda minhota é na verdade um anexo de lavoura; em Trás-os-Montes, para lá desse aspecto ela é uma parte integrante da casa, relacionada além disso com a vida doméstica e colectiva da aldeia (Oliveira & Galhano 1992: 144).

A frase chave nesta passagem é a primeira, segundo a qual “a varanda é na verdade um anexo de lavoura”. Esta frase põe a descoberto de forma particularmente clara aquela que é a ideia estruturante por excelência da pesquisa de Ernesto Veiga de Oliveira e seus colaboradores. A casa é para eles, antes do mais, um elemento do modo de vida e da cultura camponesas. Qual a relação da casa com os constrangimentos deste modo de vida e desta cultura, é a questão que interessa a estes antropólogos. Assim, antes de ser uma solução arquitectónica dotada de virtualidades formais, a “varanda não é uma varanda”: é um anexo agrícola. Não interessa se a solução está bem conseguida, não interessa o estado de conservação da varanda. O que interessa é o modo como ela funciona no interior do modo de vida rural e dos seus constrangimentos. O que interessa é o modo como ela está ligada a formas determinadas de vida familiar e aldeã.

Partindo deste pressuposto, a própria miséria da casa rural do norte do país, de que tinha falado o Inquérito à Habitação Rural, é relativizada: “a ausência de chaminé, a escassez de aberturas, a própria natureza do trabalho agrícola da região, que obriga toda a gente da casa a trabalho permanente no campo, a necessidade de manter o gado estabulado e os conceitos gerais da economia doméstica que dominam as populações nortenhas são causa da característica escuridão e desalinho destas cozinhas; elas são geralmente negras de fuligem, e mostram uma ausência total de preocupações estéticas ou decorativas” (1992: 44).

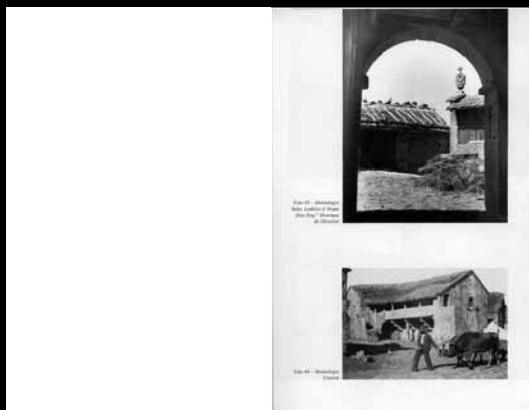
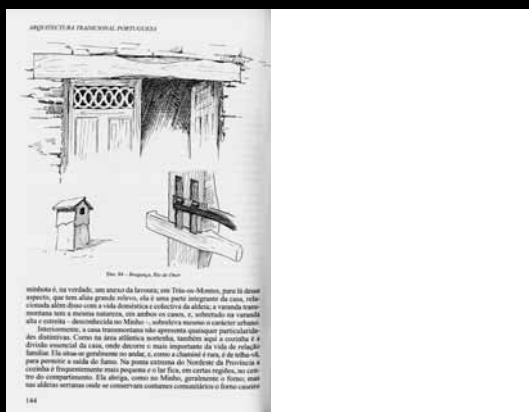
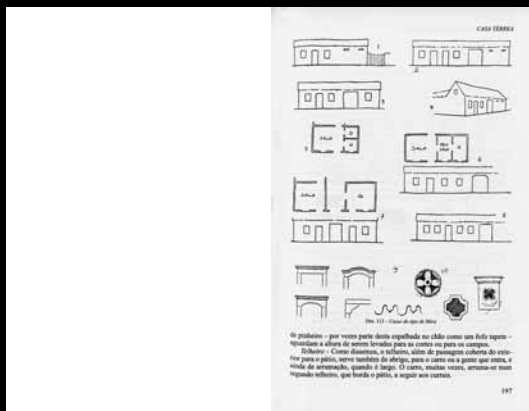
A ênfase nas funções produtivas da casa rural pode pois ser vista como a característica distintiva do olhar de Ernesto Veiga de Oliveira sobre a arquitectura popular. Não é a única. À luz deste olhar antropológico que valoriza o laço entre o modo de vida rural e a casa, Veiga de Oliveira vai, por um lado, dar passos decisivos na sistematização da diversidade regional da arquitectura popular portuguesa, a respeito da qual proporá a existência de três grandes modelos, coincidentes com as grandes divisões do Portugal rural propostas pelo geógrafo Orlando Ribeiro (e operacionalizados antropológicamente por Jorge Dias): Portugal mediterrânico, Portugal atlântico, Portugal transmontano. A predominância da casa de dois pisos no norte do país – com o piso térreo consagrado aos animais e aos arrumos – em contraste com a predominância da casa de um só piso no sul do país, estaria ligada, por exemplo, às grandes variantes regionais do modo de vida rural em Portugal. No norte, as diferenças entre Trás-os-Montes e o Minho – relativas sobretudo

às varandas e aos pátios – explicar-se-iam de igual forma pelas características diferenciadas do modo de vida rural nessas duas áreas. A relação entre o monte alentejano e o modo de vida rural prevalecente nesta região do país foi outro dos pontos trabalhado pela equipa do Museu Nacional de Etnologia. Simultaneamente, no interior destas grandes áreas, Veiga de Oliveira e os seus colaboradores irão tentar construir tipologias mais finas, sub-regionais ou locais, por detrás das quais a variável explicativa é mais uma vez o modo de vida de rural e as suas expressões geográfica e socialmente diferenciadas.

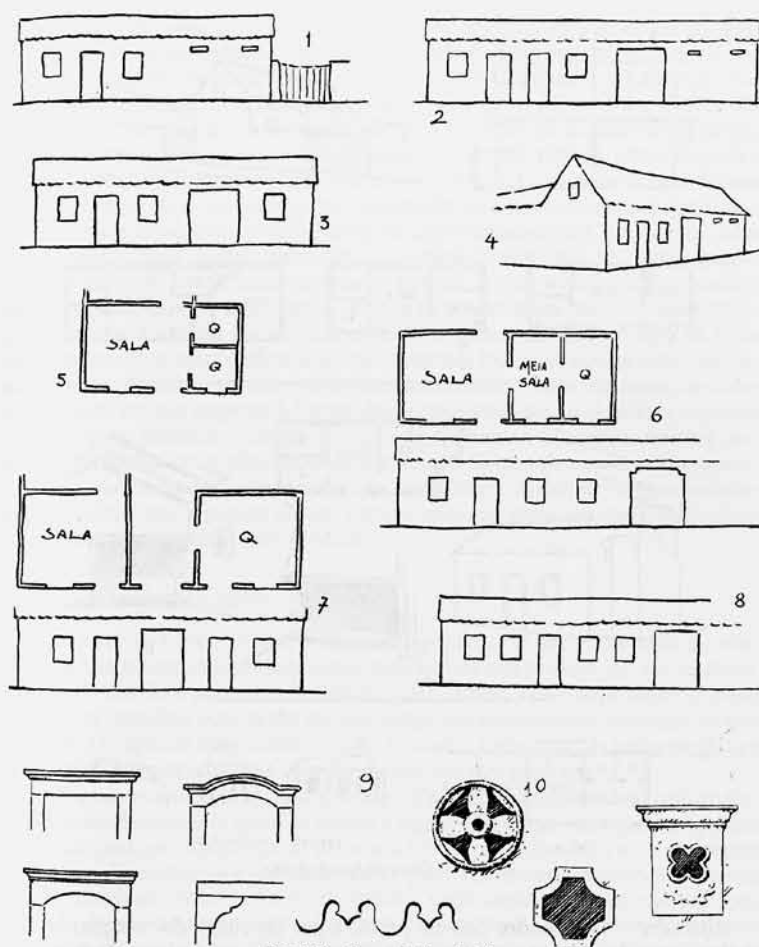
É também grande a ênfase dada por Ernesto Veiga de Oliveira à dimensão histórica da arquitectura popular portuguesa, seja em termos de cronologias curtas – como aquelas que são defendidas para as casas rurais dos arredores do Porto – seja em termos de longa duração – com as que foram propostas para os espigueiros e para os abrigos pastoris.

Mas é sobretudo o laço entre a casa e o modo de vida rural que é o grande fio condutor da sua pesquisa. Daí também o peso que nela ocupa o estudo da chamada arquitectura de produção: espigueiros, moinhos, etc. Seria aí que esse laço se daria de forma mais efectiva.

Esta ênfase nas funções produtivas da casa rural tem a ver com as origens disciplinares de Veiga de Oliveira e seus colaboradores, que se prendem – como referi atrás – com a antropologia da sociedade rural portuguesa. Mas pode ser também compreendida como resultando do lugar que no seu projecto antropológico têm as bases materiais da vida camponesa.



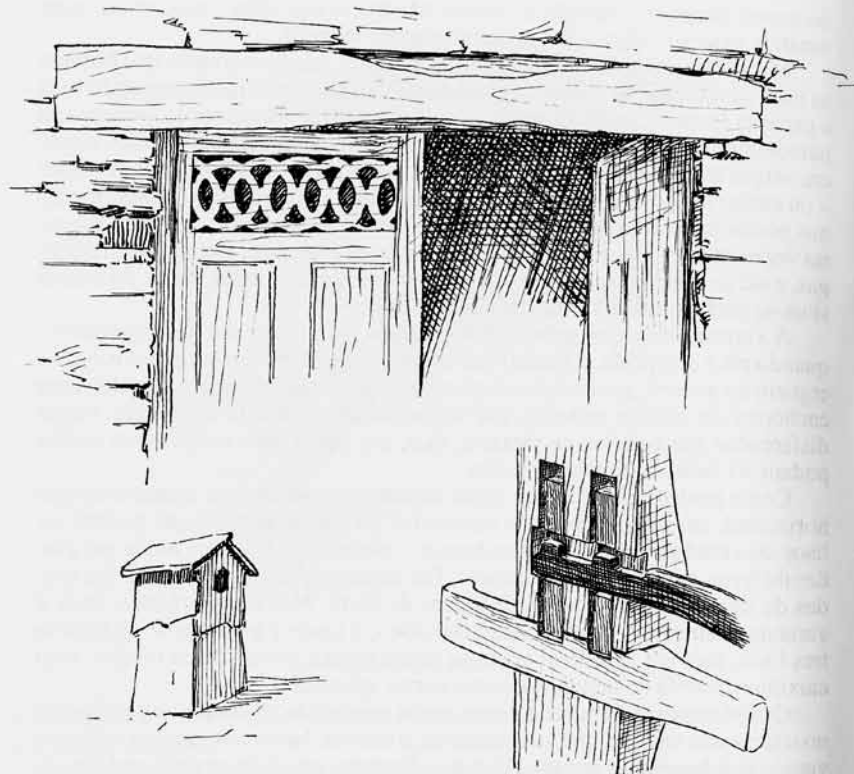




Des. 113 – Casas do tipo de Mira

de pinheiro – por vezes parte desta espalhada no chão como um fofo tapete – aguardam a altura de serem levadas para as cortes ou para os campos.

*Telheiro* – Como dissemos, o telheiro, além de passagem coberta do exterior para o pátio, serve também de abrigo, para o carro ou a gente que entra, e ainda de arrumação, quando é largo. O carro, muitas vezes, arruma-se num segundo telheiro, que borda o pátio, a seguir aos currais.



Des. 84 – Bragança, Rio de Onor

minhota é, na verdade, um anexo da lavoura; em Trás-os-Montes, para lá desse aspecto, que tem aliás grande relevo, ela é uma parte integrante da casa, relacionada além disso com a vida doméstica e colectiva da aldeia; a varanda transmontana tem a mesma natureza, em ambos os casos, e, sobretudo na varanda alta e estreita – desconhecida no Minho –, sobreleva mesmo o carácter urbano.

Interiormente, a casa transmontana não apresenta quaisquer particularidades distintivas. Como na área atlântica nortenha, também aqui a cozinha é a divisão essencial da casa, onde decorre o mais importante da vida de relação familiar. Ela situa-se geralmente no andar, e, como a chaminé é rara, é de telha-vã, para permitir a saída do fumo. Na ponta extrema do Nordeste da Província a cozinha é frequentemente mais pequena e o lar fica, em certas regiões, no centro do compartimento. Ela abriga, como no Minho, geralmente o forno; mas nas aldeias serranas onde se conservam costumes comunitários o forno caseiro

Foto 43 – Montalegre  
Salto, Lodeiro d'Arque  
(foto Eng.º Henrique  
de Oliveira)



Foto 44 – Montalegre  
Tourém



No quadro da antropologia da sociedade rural que praticaram de forma tão sistemática, Veiga de Oliveira e os seus colaboradores deram particular relevo ao estudo da materialidade da vida camponesa, escrevendo um conjunto de monografias sobre alfaías agrícolas e outras tecnologias tradicionais. É nesse quadro “materialista” da vida camponesa que Veiga de Oliveira olha para a casa, quase literalmente, como um espécie de alfaia agrícola, ou, como diz o próprio, como “um verdadeiro instrumento agrícola que é preciso adaptar às necessidades da exploração da terra, designadamente no que se refere ao seu dimensionamento e à importância e distribuição relativa dos alojamentos das pessoas, dos estábulos e das lojas de arrumação das alfaías agrícolas e ferramentas da lavoura” (1992: 13). Com esta concepção tecnológica da arquitectura popular, não é de espantar, por fim, o próprio peso dado por Ernesto Veiga de Oliveira aos processos construtivos associados à arquitectura popular. Em muitos casos – como no caso dos abrigos pastoris ou dos palheiros do litoral –, somos de facto minuciosamente informados sobre os modos de construção subjacentes a estas construções. A minúcia é tal que ainda hoje poderíamos usar essas monografias como uma espécie de manuais práticos de construção.

## CONCLUSÕES

[ 61 ]

O Movimento da Casa Portuguesa, o Inquérito à Habitação Rural, o Inquérito à Arquitectura Popular e as investigações de Ernesto Veiga de Oliveira e dos seus colaboradores representam quatro formas diferentes de olhar a arquitectura popular. O nacionalismo, a atenção à miséria, as potencialidades modernas da arquitectura popular e as funções produtivas da arquitectura popular traduzem os quatro grandes enfoques que informaram essas formas diferentes de olhar a arquitectura popular. Isto não quer dizer que se esgotem aqui – como tenho vindo a sugerir – as particularidades de cada um desses olhares. Mas esses quatro temas são, na minha opinião, os temas chave de cada uma das abordagens propostas.

Que balanço é possível fazer hoje, mais de 100 anos decorridos sobre a Casa Portuguesa e quase 50 sobre o Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal, destes diferentes olhares sobre a arquitectura popular portuguesa?

Destacaria três pontos.

Primeiro ponto. Estes quatro olhares, apesar das suas diferenças, convergiram numa direcção comum: a institucionalização da arquitectura popular como um campo dotado da sua autonomia própria. Se nós hoje falamos com a naturalidade com que falamos de arquitectura popular, isso deve-se à influência directa ou indirecta que tiveram no nosso modo de pensar e olhar estes quatro olhares fundadores. Antes de iniciado este ciclo de indagações,

a arquitectura popular não existia; no termo deste ciclo, a arquitectura popular dá-se, com toda a naturalidade, como um objecto dotado da sua própria existência e de um valor patrimonial próprio, que há que preservar, que há que continuar a estudar. Se a arquitectura popular é património, tal deve-se em grande medida a estes quatro inquéritos.

Segundo ponto. Apesar das suas diferenças, cada um destes olhares traduz um enfoque sobre a realidade que capta um aspecto dela. Não se trata de dizer que um é melhor que o outro. Raul Lino e o Movimento da Casa Portuguesa põem em evidência o modo como a arquitectura popular se presta a utilizações por discursos de identidade, não apenas no plano nacional, mas nos planos regional e local. O Inquérito à Habitação Rural chama por seu lado a atenção para o modo como esse universo estava frequentemente associado a condições de vida que pouco tinham de bucólico. O Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal sublinha e bem o modo como a linha de demarcação entre o tradicional e o moderno é mais frágil do que nós imaginamos. Finalmente as pesquisas de Ernesto Veiga de Oliveira restituem um aspecto particularmente importante da arquitectura popular: a sua associação a um modo de vida determinado. A arquitectura popular é tudo isso.

Terceiro ponto. Estes inquéritos foram produzidos numa altura em que Portugal era um país essencialmente rural. Esta situação começou, nos anos 1960, com a emigração, a alterar-se significativamente. E hoje modificou-se ainda mais substancialmente. A população portuguesa activa na agricultura,



nos anos 1960, correspondia a 40% da população. Hoje corresponde a cerca de 6 a 8%. Portugal era um país rural, hoje é um país urbano e suburbano. Simultaneamente, ocorreram mudanças importantes no modo de vida rural, relacionadas nomeadamente com o despovoamento e a desertificação rurais. Algumas das expressões mais claras dessas tendências têm de resto a ver com a arquitectura popular. Muitos dos exemplares da arquitectura popular documentados por estes quatro grandes inquéritos já não existem. Nalguns casos, o despovoamento dos campos fez deles ruínas. Noutros casos, deram lugar às chamadas casas de emigrante, que de resto podem ser vistas como uma nova expressão da arquitectura vernácula. Noutros casos ainda, o azulejo barato da construção civil, o alumínio, etc., transformaram-nas irreversivelmente.

Quer isto dizer que a arquitectura popular morreu e que estes inquéritos têm hoje um valor sobretudo histórico, de documentação de uma realidade que já não existe?

Não penso que seja esse o caso. Por um lado, como alguns estudos recentes têm demonstrado, há ainda um campo importante para o desenvolvimento de estudos mais detalhados sobre o tema, baseados tanto em pesquisas conduzida em áreas do país não cobertas pelos grandes Inquéritos de que falámos – é o caso dos estudos resultantes da extensão recente do Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal aos arquipélagos da Madeira e dos Açores (Mestre 2002, Caldas 2000; cf. também Fernandes 1996) – como na investigação aprofundada de certos tópicos à luz de problemáticas teoricamente renovadas (cf. por exemplo Caldas 1999 e Pinto 2007).



Por outro lado, um dos efeitos do processo de transformação profunda dos campos portugueses de que falei tem a ver com o valor patrimonial que a arquitectura popular começou a adquirir. Neles já não se produzem alimentos como antes, mas intensificaram-se práticas materiais e simbólicas relacionadas com a sua preservação e fruição turísticas. E nessas práticas, avulta justamente a importância da arquitectura popular. Ou, se se quiser, de processos de emblematização e gentrificação da arquitectura popular. Três exemplos rápidos podem ser dados. O chamado do Turismo em Espaço Rural (TER), por exemplo, assenta de forma relevante em casas rurais recuperadas, como mostrou recentemente a antropólogo Luís Miguel Silva (2007). Um dos mais ambiciosos projectos de turismo rural em Portugal – o projecto das Aldeias Históricas da Serra da Estrela – baseia-se justamente na valorização etnográfica da arquitectura popular. A generalização de residências secundárias entre os segmentos médio e médio-alto das classes médias, está muitas vezes articulado com o recurso a linguagens provenientes da arquitectura popular, assentes quer na recuperação e modernização de casas rurais quer na encomenda de projectos que retomam o diálogo entre arquitectura popular e arquitectura erudita. Basta consultar algumas revistas de arquitectura para verificar até que ponto este diálogo é representativo na actual cena arquitectónica portuguesa. A arquitectura popular que conhecíamos pode ter morrido, mas em seu lugar nasceu aquilo que se pode chamar de “hiper arquitectura popular”. (O mesmo se passa de resto com a Casa Portuguesa, que parece ter ressuscitado sob formas particularmente exuberantes em vários condomínios de luxo sob a forma de “hiper Casa Portuguesa”.) Nesse sentido a arquitectura popular, sob novas formas, continua a desafiar-nos.

Simultaneamente, deixando de lado eventuais preconceitos, devemos abrir mais e mais o conceito de arquitectura popular, de forma a incluir nele outras modalidades de arquitectura sem arquitectos: desde as casas do Francisco Farinhas – estudadas recentemente por Domingos Tavares (2008) – até à chamada casa do emigrante – sobre a qual de resto existem estudos como os de Roselyne de Villanova, Carolina Leite e Isabel Raposo (1995) – e a todas as outras novas formas daquilo a que os norte-americanos chamam de *everyday architecture*. Por exemplo, as paisagens dos subúrbios – paisagens que, como as da arquitectura popular, são habitadas por formas de arquitectura sem arquitecto – embora já tenham sido fotografadas (Lopes & Cera 2002), continuam a aguardar um estudo mais detalhado. O mesmo acontece com os parques de campismo de “habitação semi-permanente” – uma espécie de réplica portuguesa dos parques de trailers norte-americanos – que funcionam como uma alternativa pobre (ou remediada) às casas de férias da classe média e média-alta.

O desafio é justamente o de estudar essas novas expressões da arquitectura popular e/ou vernácula de acordo com uma concepção renovada do que é hoje o popular. A este respeito vale a pena citar o antropólogo latino-americano Nestor Garcia Canclini e o modo como ele sublinha – no seu livro *Culturas Híbridas* (1998) – a necessidade de nos separarmos radicalmente de concepções de matriz romântica sobre o popular: o popular não é só o rural; o popular não é só o passado; o popular é um “modo de produção cultural” no presente – como diria Barbara Kirshenblatt-Gimblett (1998) – que mistura

actores e recursos, materiais e simbólicos, que nos habituámos a encarar como incompatíveis. O popular não são apenas as formas “autênticas”, que o século XX emblematizou, são também as formas híbridas, impuras e até “sujas” de produção material no presente do espaço habitado que o século XXI deve integrar na sua agenda de pesquisa. É esse estudo do popular enquanto híbrido que, na sequência das lições hoje já antigas de Robert Venturi em *Learning from Las Vegas* (1972) aguarda por nós, tanto arquitectos como antropólogos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Francisco Keil, 1999 (1947), "Uma Iniciativa Necessária", *Keil do Amaral. O Arquitecto e o Humanista*, 1999, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 125-126.

*ARQUITECTURA POPULAR EM PORTUGAL*, 1961, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses.

BARREIRA, João, 1909, "A Habitação em Portugal", *Notas sobre Portugal*, Vol. II, 147-178.

BARROS, Henrique de (ed.), 1947, *Inquérito à Habitação Rural. II Vol. A Habitação Rural nas Províncias da Beira (Beira Litoral, Beira Alta e Beira Baixa)*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.

BASTO, Eduardo Alberto Lima & Henrique de BARROS (eds.), 1943, *Inquérito à Habitação Rural. I Vol. A Habitação Rural no Norte de Portugal (Minho, Douro-Litoral, Trás-os-Montes e Alto-Douro)*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.

BOTELHO, Abel, 1903, "A Casa Portuguesa", *O Dia*, 12 de Março, p. 2.

CALDAS, João Vieira, 1999, *A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII*, Porto, FAUP Publicações.

CALDAS, João Vieira (ed.), 2000, *A Arquitectura Popular dos Açores*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos.

COSTA, Alexandre Alves, 1995, "A Problemática, a polémica e as Propostas da Casa Portuguesa", *Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa. Outros Textos sobre Arquitectura Portuguesa*, Porto, FAUP Publicações, 55-72.

CUNHAL, Álvaro, 1976 (1968), *Contribuição para o Estudo da Questão Agrária*, 2 vols., Lisboa, Edições Avante.

DIAS, A. Jorge, Ernesto Veiga de OLIVEIRA & Fernando GALHANO, 1959a, *Sistemas Primitivos de Moagem em Portugal. Moinhos, Azenhas e Atafonas. I. Moinhos de Água e Azenhas*, Porto, Instituto de Alta Cultura.

DIAS, A. Jorge, Ernesto Veiga de OLIVEIRA & Fernando GALHANO, 1959b, *Sistemas Primitivos de Moagem em Portugal. Moinhos, Azenhas e Atafonas. II. Moinhos de Vento*, Porto, Instituto de Alta Cultura.

DIAS, A. Jorge, Ernesto Veiga de OLIVEIRA & Fernando GALHANO, 1963, *Sistemas Primitivos de Secagem e Armazenagem de Produtos Agrícolas. Os Espigueiros Portugueses*, Porto, Instituto de Alta Cultura.

FERNANDES, José Manuel, 1996, *Cidades e Casas da Macaronésia*, Porto, FAUP Publicações.

FRAMPTON, Kenneth, 1996 (1992), *Modern Architecture. A Critical History*, London, Thames & Hudson.

GARCÍA CANCLINI, Nestor, 1998, *Culturas Híbridas. Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*, São Paulo, EDUSP.

KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Barbara, 1998, *Destination Culture. Tourism, Museums, and Heritage*, Berkeley, University of California Press.

LEAL, João, 2000, *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

LINO, Raul, 1918, *A Nossa Casa. Apontamentos sobre o Bom Gosto na Construção das Casas Simples*, Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial.

LINO, Raul, 1992 (1933), *Casas Portuguesas. Alguns Apontamentos sobre o Arquitectar das Casas Simples*, Lisboa, Livros Cotovia.

LOPES, Diogo & Nuno CERA, 2003, *Cimêncio*, Lisboa, Fenda Edições.

MESTRE, Victor, 2002, *Arquitectura Popular da Madeira*, Lisboa, Argumentum.

NEVES, Henrique das, 1893, *A Cava de Viriato. Notícia Descritivas e Crítico-Histórica*, Figueira da Foz, Imprensa Lusitana.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, 1984, *Festividades Cíclicas em Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de & Fernando GALHANO, 1960, "Arquitectura", Lima, Fernando de Castro Pires de Lima (ed.), *A Arte Popular em Portugal*, Vol. I, Lisboa, Verbo, 15-137.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de & Fernando GALHANO, 1964, *Palheiros do Litoral Central Português*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de & Fernando GALHANO, 1992, *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, Fernando GALHANO & Benjamim PEREIRA, 1969, *Construções Primitivas em Portugal*, Lisboa, Centro de Estudos de Etnologia-Instituto de Alta Cultura

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, Fernando GALHANO & Benjamim PEREIRA, 1975, *Actividades Agro-Marítimas em Portugal*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, Fernando GALHANO & Benjamim PEREIRA, 1976, *Alfaia Agrícola Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, Fernando GALHANO & Benjamim PEREIRA, 1978, *Tecnologia Tradicional Portuguesa. O Linho*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, Fernando GALHANO & Benjamim PEREIRA, 1983, *Tecnologia Tradicional Portuguesa. Sistemas de Moagem*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.

PEIXOTO, Rocha, 1967 (1904), "A Casa Portuguesa", *Obras. Vol. I. Estudos de Etnografia e Arqueologia*, Póvoa do Varzim, Câmara Municipal da Póvoa do Varzim, 153-165.

PEREIRA, Nuno Teotónio, 1996, Entrevista concedida ao Autor.

PINTO, Jorge Cruz, 2007, *Arquitectura Portuguesa. A Imagem da Caixa*, Lisboa, ACD Editores.

RAMOS, Rui, 1994, "A Segunda Fundação (1890-1926)", Mattoso, J. (ed.), *História de Portugal*, Vol. VI, Lisboa, Círculo de Leitores.

SILVA, Luís Miguel, 2007, *Processos de Mudança nos Campos: O Turismo em Espaço Rural*, Lisboa, ISCTE, Tese de Doutoramento em Antropologia.

TAVARES, Domingos, 2008, *Francisco Farinhas. Realismo Moderno*, Porto, Dafne Editora.

TÁVORA, Fernando, 1947 (1945), *O Problema da Casa Portuguesa*, Lisboa, Cadernos de Arquitectura.

TÁVORA, Fernando, 1996, Entrevista concedida ao Autor.

VASCONCELOS, Joaquim de, 1909, "Arte Decorativa Portuguesa", *Notas sobre Portugal*, Vol. II, 179-208.

VENTURI, Robert, Denise SCOTT BROWN & Steven IZENOUR, 1972, *Learning from Las Vegas*, Boston MA, MIT Press.

VILLANOVA, Roselyn de, Carolina LEITE & Isabel RAPOSO, 1995, *Casas de Sonhos. Emigrantes Construtores no Norte de Portugal*, Lisboa, Edições Salamandra.







## CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

[ 75 ]

[ Capa ] Casa-sequeiro, Sobreira, Carapeços, Barcelos. Zona 1 - Minho. *Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa* (1955-1960), publicado sob o título *Arquitectura Popular em Portugal* (1961, 1980, 1988 e 2004) © Ordem dos Arquitectos

[ Verso da capa ] Fotografia. Sergio Fernandez, Rio de Onor 1964

[ Páginas 2 e 3 ] Fotografia. Sergio Fernandez, Rio de Onor 1964

[ Páginas 21 a 23 ] LINO, Raul, *Casas Portuguesas* (edição 1933), capa do livro, EST. VI e VII

[ Páginas 31 a 34 ] BARROS, Henrique de, 1947 *Inquérito à habitação rural* (II Vol., edição 1947), pág. 67, 72, 112 e 113

[ Páginas 41 a 45 ] *Arquitectura Popular em Portugal* (edição 1980), pág. 24, 25, 426 e 437

[ Páginas 54 a 57 ] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de & Fernando GALHANO, *Arquitectura Tradicional Portuguesa* (edição 1992), pág. 144, 145 e 197

[ Página 61 ] TAVARES, Domingos, *Francisco Farinhas. Realismo Moderno* (edição 2008)

17

18

19

20



17

18

19

20



204

A G F A L

I S S

21

17

18

19



→7

→2

→4

→5



21

17

18

19



→7

→2

→4

→5



2 0 4

A G F



A Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva (FIMS) foi instituída pela Universidade do Porto a partir do legado testamentário da Arquitecta Maria José Marques da Silva e visa a promoção científica, cultural, formativa e artística, designadamente a classificação, preservação, conservação, investigação, estudo e divulgação de todo o património artístico e arquitectónico do arquitecto José Marques da Silva e, ainda, o acervo literário, artístico, arquitectónico e urbanístico dos Arquitectos Maria José Marques da Silva Martins e David Moreira da Silva, bem como, complementarmente, o acolhimento ou incorporação de outros fundos ou unidades documentais de valor patrimonial, histórico, científico, artístico ou documental relativos, preferencialmente, à arquitectura e ao urbanismo portuense e português.

Do seu conjunto patrimonial salienta-se o diversificado acervo documental em diversos suportes legado por estes arquitectos, com uma variedade de inegável valor cultural, artístico, arquitectónico e social. Esse acervo inclui os arquivos profissionais do arquitecto Marques da Silva e, também, dos arquitectos Maria José Marques da Silva e David Moreira da Silva. Esses arquivos são unificados pelo arquivo da família Lopes Martins, em que se filia a mulher de Marques da Silva, incluindo, para além do enquadramento social da produção dos dois arquivos de arquitectura, uma importante colecção artística, nomeadamente de pintura coeva. Este conjunto complexo de informação está sediado na própria Casa-Atelier do arquitecto que forma conjunto com o palacete da família Lopes Martins, numa unidade construída com qualidades singulares na Praça Marquês do Pombal, lugar estratégico da cidade do Porto.

## ÓRGÃOS SOCIAIS

### [ CONSELHO GERAL

**JOSÉ CARLOS DIOGO MARQUES DOS SANTOS** [ **Presidente**. Reitor da Universidade do Porto

**FRANCISCO JOSÉ BARATA FERNANDES** [ Professor da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

**LÚCIA MARIA CARDOSO ROSAS** [ Professora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

**MÁRIO AUGUSTO BISMARCK PAUPÉRIO DE ALMEIDA** [ Professor da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto

**NUNO TASSO DE SOUSA** [ Arquitecto

**MANUEL BAPTISTA BARROS** [ Engenheiro

**CARLOS MARIA PINHEIRO TORRES** [ Advogado

**ANTÓNIO CARDOSO PINHEIRO DE CARVALHO** [ Professor Aposentado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

### [ CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**MARIA DE LURDES CORREIA FERNANDES** [ **Presidente**. Vice-Reitora da Universidade do Porto

**RAQUEL HENRIQUES DA SILVA** [ Professora da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

**RUI JORGE GARCIA RAMOS** [ Professor da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

### [ CONSELHO CIENTÍFICO

**MARIA DE LURDES CORREIA FERNANDES** [ **Presidente**. Vice-Reitora da Universidade do Porto

**LÚCIA ALMEIDA MATOS** [ Professora da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto

**ÁLICE SEMEDO** [ Professora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

**FERNANDA RIBEIRO** [ Professora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

**JOSÉ MIGUEL RODRIGUES** [ Professor da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

**MANUEL MENDES** [ Professor da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

**MARIA JOÃO VASCONCELOS** [ Directora Museu Nacional Soares dos Reis

**JOÃO VIEIRA** [ Director do SIPA-IHRU (Forte de Sacavém)

**MANUEL REAL** [ Director Museu Casa do Infante – Porto

**SILVESTRE LACERDA** [ Director-Geral da Direcção Geral de Arquivos

**ODETE PATRÍCIO** [ Directora-Geral Fundação de Serralves

### [ CONSELHO FISCAL

**PATRÍCIA TEIXEIRA LOPES** [ **Presidente**, Pro-Reitora da Universidade do Porto

**FILOMENA RIBEIRINHO SOARES SAMAGAIO** [ Jurista

**HORWATH**, representada por Ana Raquel B.L.E. Cismeiro, ROC

**FICHA TÉCNICA**

**EDITOR:** Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva

**DESIGN:** migulfreitasdesign

**IMPRESSÃO E ACABAMENTOS:** ROCHA | artes graficas, lda.

1ª edição 2009

**Depósito legal:** 301022/09

**ISBN:** 978-972-99852-3-2

© João Leal

© Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida por processo mecânico, electrónico ou outro sem autorização escrita do editor.

Texto da conferência proferida a 30 de Outubro de 2008 no Auditório Fernando Távora da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

**FUNDAÇÃO INSTITUTO ARQUITECTO JOSÉ MARQUES DA SILVA**

Praça Marquês do Pombal, nº 30-44. 4000-390 Porto